

do Vice-Prefeito, na devida e legal proporção. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Sala das sessões da Câmara Municipal de Lagarto, 30 de Outubro de 1968. a o Voto Omezes Abip - Presidente. José Corrêa Sobrinho - Secretário." Registrado neste dat. Secretário de Prefeitura Municipal de Lagarto, 4 de novembro de 1968. Antônio Risto dos Santos - Secretário, em Comissão.

Lei nº 197. De 14 de novembro de 1968. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lagarto, para o exercício financeiro de 1969. O Prefeito Municipal de Lagarto, Estado de Sergipe. Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lagarto e eu sancionamos a seguinte Lei: Art. 1º Fica aprovada o orçamento geral do Município de Lagarto para o exercício financeiro de 1969, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em Ver\$ 999.783,20 (novecentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e três cruzeiros novos e vinte centavos) e fixa a Despesa em Ver\$ 999.783,20 (novecentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e três cruzeiros novos e vinte centavos). Art. 2º A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, suprimindo-se fundos e outras fontes de renda, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo I e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento: Receitas Correntes Ver\$ 668.100,00. Renda Tributária Ver\$ 27.000,00. Renda Patrimonial Ver\$ 3.500,00. Renda Industrial Ver\$ 100.000,00. Renda de Transferências Correntes Ver\$ 485.000,00. Rendas Diversas Ver\$ 53.600,00. Receitas de Capital Ver\$ 331.683,20. Alienação de bens móveis e imóveis Ver\$ 5.000,00. Transferências de Capital Ver\$ 322.000,00. Outras Receitas de Capital Ver\$ 4.683,20. Total Geral da Receita Ver\$ 999.783,20. Art. 3º A Despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos constantes do

anexos II e seus respectivos subanexos, conforme discrimina-
 ção seguinte: Câmara de Vereadores Ver\$ 1.690,00. Prefeitura
 Municipal Ver\$ 998.093,20. Gabinete do Prefeito Ver\$ 57.290,00. Secretaria
 Geral Ver\$ 67.250,00. Administração Financeira Ver\$ 32.490,00.
 Recursos Naturais e Agro-Pecuária Ver\$ 13.970,00. Viagens, Trans-
 portes e Comunicações Ver\$ 137.280,00. Educação e Cultura
 Ver\$ 71.595,00. Saúde Ver\$ 23.290,00. Bem-Estar Social Ver-
 \$ 47.500,00. Serviços Urbanos Ver\$ 558.228,20. Total Geral das
 Despesas Ver\$ 999.783,20. Art. 4º Fica o Prefeito Municipal
 autorizado a: I - efetuar operações de créditos por antecipa-
 ção da Receita até o limite de 50% (cinquenta por cento) do
 total da receita estimada. II - abrir créditos suplementares
 até o total das dotações referentes às verbas de custeio de servi-
 ços (3.1.0.0.), investimentos (4.1.0.0.) e inversões financeiras
 (4.2.0.0.). III - efetuar transferências de dotações entre sub-
 consignações da mesma consignação de mesma verba. Art.
 5º A execução da despesa variável dependerá de emportra-
 mento efetivo da Receita, ficando o Prefeito autorizado a
 aprovar, por decreto, um plano de contingência das despesas
 que não sejam fixas ^{até} o limite (até o limite) de 50% (cinquenta
 por cento). Parágrafo Único - Se no decorrer do exercício, a
 arrecadação atingir os níveis previstos, poderão ser liberados,
 por decreto do Prefeito, proporcionalmente, as dotações inclui-
 das no plano de contingência. Art. 6º - A Secretaria munici-
 pal e controlará as dotações próprias e dos serviços dis-
 criminados no quadro analítico das unidades adminis-
 trativas. Art. 7º Revogados as disposições em contrário, esta
 lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1969. Gabinete do
 Prefeito Municipal de Laport, 14 de novembro de 1968. a o) Fim-
 zio de Araújo Machado. Prefeito Municipal. Antônio de
 S. Santos. Secretário em Comissão.